

LA PETITE SOURIS: REFLEXÕES EM TORNO DE UMA SOCIOANTROPOLOGIA DA INFÂNCIA

ANA CRISTINA COLL DELGADO*
RITA DE CÁSSIA MARCHI**

Neste número da revista *Momento* apresentamos o artigo “La petite souris, ou les aventures d’un rituel enfantin”, de Julie Delalande¹, gentilmente cedido pela autora para publicação e divulgação no Brasil. A pesquisadora francesa tem realizado pesquisas com crianças, com forte inspiração no chamado novo paradigma para os estudos sociais sobre a infância, que propõe, centralmente, a compreensão da infância como construção social e as crianças como atores sociais e protagonistas ativos de sua socialização.

O princípio da criança como ator implica a desconstrução das visões tradicionais da criança e sua socialização nos quadros teóricos das áreas da Psicologia do Desenvolvimento, da Pedagogia e da Sociologia da Educação. Opondo-se à visão da socialização como um processo vertical de inculcação/transmissão de saberes e valores à criança para sua transformação em adulto adaptado ao meio social que lhe é destinado, a mudança teórica proposta pela Sociologia da Infância e pela Antropologia da Infância – que têm sido protagonistas deste novo movimento teórico – surge a par de uma definição “interpretativa” ou horizontal da socialização².

“Reprodução interpretativa” é o termo proposto por William Corsaro (2002), sociólogo da infância norte-americano, como alternativo ao de

* Professora do Dep. de Educação e Ciências do Comportamento – FURG; Doutora em Educação – UFF. E-mail: anacoll@uol.com.br

** Professora da FURB; Doutora em Sociologia Política – UFSC. E-mail: rt.mc@bol.com.br.

¹ Julie Delalande, etnóloga, professora de Ciências da Educação na Universidade de Caen – Basse-Normandie, e pesquisadora do CERSE (Centre d’Études et de Recherche en Sciences de l’Éducation), é membro da AISLF – Association Internationale des Sociologues de Langue Française, que agrega sociólogos e pesquisadores no Grupo de Trabalho Sociologia da Infância, criado no ano 2000, após um Congresso em Quebec (GT 20).

² A História é uma área do conhecimento que, desde a pioneira e seminal obra de Philippe Ariès (1986), tem também contribuído para a desconstrução da infância enquanto categoria natural e universal das sociedades.

socialização, na tentativa de superar a dicotomia “objetivo-subjetivo”, salientando a agência (*agency*) das crianças na apropriação criativa do mundo adulto e voltada aos seus próprios interesses enquanto grupo de pares ou nas denominadas “culturas infantis”³.

Neste sentido, não se entende mais a socialização apenas em seu sentido clássico – e que tem na visão durkheimiana o paradigma da criança como “objeto do trabalho social” – e sim numa perspectiva interacionista que a considera um processo contínuo, embora submetido a crises de ajuste constante: do indivíduo a si mesmo, ao outro e ao ambiente social (Mollo-Bouvier, 2005). Assim, trata-se de compreender o rearranjo contemporâneo que ocorre nas instâncias de socialização, em que a criança é levada a construir sua própria experiência em um “quebra-cabeças” de referências e normas (Sirota, 2005).

Afirmar que as crianças são “ativas” não significa, no entanto, declarar que sejam independentes ou que não sofram as conseqüências das decisões dos adultos sobre suas vidas. Ou seja, não implica atribuir total autonomia independente de todo o contexto sociológico e de toda a construção teórica. A questão é mais complexa do que parece e diz respeito ao fato de se procurar, teoricamente, ligar os diferentes níveis de investigação (subjetivo-objetivo) tendo por meta compreender o lugar e a ação social das crianças. Tarefa que é delicada e difícil.

É importante destacar que, se o princípio da criança-ator não pode ser visto, em si mesmo, como fator emancipador da condição infantil, ele sinaliza uma transformação no modo como as Ciências Sociais passaram a compreender a criança e sua ação em sociedade (Marchi, 2007)⁴. Nesse sentido, situamos tal princípio na esfera mesma de sua “obviedade” (Prout, 2005), para, além desta, buscar atingir a camada mais profunda do significado da ação social tal qual a que constitui toda “interpretação” de um fato cultural e, ao mesmo tempo, natural, como é o caso da infância. No caso do artigo de Julie Delalande aqui apresentado, o ritual que envolve a queda dos dentes de uma criança (fato natural), independentemente da sociedade em que ela

³ Entre os autores que trabalham com o conceito de “culturas infantis”, destacamos Sarmento (2004), que se dedica a delinear uma “gramática” das culturas infantis na época contemporânea, e Cohn (2005), que, no Brasil, explicita esse conceito no interior da Antropologia da Criança.

⁴ É importante, portanto, perceber que a “emancipação” da criança se dá, aqui, no plano teórico e não necessariamente na vida cotidiana. Considerar a criança um ator social não significa acreditar que o seu cotidiano e seu estatuto social tenham, num passe de mágica teórica, se transformado radicalmente. Isto é, não significa acreditar que se tenham transformado suas condições concretas de existência como indivíduos a quem são negados a razão, a palavra, o conhecimento, o poder de decisão, entre outras competências “adultas”.

esteja inserida, e a forma com que tanto a criança (a principal envolvida no drama) quanto os adultos que a cercam dão significado ao evento (fato cultural).

As investigações *com* crianças (e não somente *sobre* crianças) ainda são recentes no Brasil. São necessárias mais pesquisas que analisem os significados das experiências infantis a partir de seus pontos de vista. Mas o fato de serem recentes não significa que não se tenha, “à brasileira”, despertado já há algum tempo para esta grande e profícua possibilidade: investigar as crianças e suas formas de pensar e agir pode esclarecer muito sobre a sociedade em que vivemos. Vide os trabalhos pioneiros, embora sem continuidade, de Florestan Fernandes nos anos 40 sobre “folclore infantil”, e depois, somente no início dos anos 90, o trabalho de José de Souza Martins sobre as “crianças sem infância” no Brasil⁵.

Imerso na rua, Fernandes (1961) analisou, com inovadora abordagem metodológica, as chamadas “trocinhas” – grupos de crianças de bairros populares da São Paulo que se reuniam na rua para brincar. O autor investigou os modos pelos quais as crianças, ao se organizarem em grupos de brincadeira, construíam uma cultura infantil a partir de elementos que lhes eram quase exclusivos: com regras próprias, sem a intervenção dos adultos e caracterizados por uma natureza lúdica.

Martins (1993), em pesquisa baseada em quase 200 depoimentos de crianças em processo de migração na luta pela terra nas chamadas fronteiras agrícolas brasileiras, já nos desafiava a dar voz a estes “silenciados da história”, geralmente descartados pelas ciências sociais como informantes legítimos⁶.

A publicação do artigo de Julie Delalande e a divulgação de outras obras da autora que ainda não circulam no Brasil são, por isso, importantes no cenário atual, pois acreditamos que poderão contribuir tanto para com os pesquisadores/as brasileiros que começam a se interessar pelo tema quanto para com aqueles que há muito tempo

⁵ Mesmo com limitações à compreensão da criança como ator social – cujos pontos de vista devem ser levados em conta nas pesquisas sobre assuntos que diretamente lhes dizem respeito – existe no Brasil também ampla produção que, desde finais dos anos 70, vem tomando a criança brasileira como interlocutor mais ou menos privilegiado. Essas pesquisas concentravam-se na criança pobre ou no chamado “menor”, e tinham nos estudos etnográficos a sua maior expressão.

⁶ Embora Florestan Fernandes e José de S. Martins, ao tomar as crianças como informantes legítimos da investigação, tenham quebrado o chamado “cerco de silêncio” às crianças nas pesquisas sociológicas, mantiveram inalterada a visão tradicional da socialização das crianças (os “imaturos”) como objetos passivos do trabalho adulto de transmissão cultural (cf. Nunes, 2002; Castro, 2005; Marchi, 2007).

estão nele interessados. Embora os novos estudos sociais sobre a infância tenham importante e particular correspondência em nosso próprio país, deixaremos esta questão (a da existência e características de uma sociologia e de uma antropologia da infância brasileiras) para ser tratada em um outro momento, para nos dedicarmos agora a apresentar de forma breve o artigo de Julie Delalande.

A autora francesa, que tem longa trajetória de pesquisa com crianças, nos possibilita, com seu artigo sobre a “petite souris” (o ratinho que vem buscar os dentes de leite), uma clara compreensão sobre como o pesquisador pode apreender elementos das culturas das crianças; mas não somente sobre elas, também – o que é mais importante – a relação que mantêm, cotidianamente, com os adultos na construção da cultura e sociedade.

Julie Delalande recorre, em sua análise, a um dos conceitos fundamentais na Antropologia (o de “ritual”) e aos clássicos da teoria antropológica para analisar a elaboração cultural pela e para a criança e sua família, da “perda dos dentes de leite”, na França. Mas o faz a partir de uma investigação transcultural que tem por foco situar a lenda da “petite souris” tanto no imaginário infantil quanto no das famílias, repassada através das gerações. Delalande informa, por meio de sua investigação com crianças, mas também através de entrevistas com adultos (pais), que esse ritual é *comum* a muitas culturas. Isto é, as famílias e suas crianças têm tradicionalmente utilizado (e transmitido) o mito do “ratinho” para “explicar” a si mesmas e a suas crianças o que significa “crescer”. Nesse sentido, buscam situar culturalmente fatos que podem ser entendidos como “naturais”: a dor e a perda (no limite, a morte de uma parte da criança – o dente que cai), mas também o prazer e a beleza que isso significa, pois essa perda é necessária ao crescimento e, por isso mesmo, um sinal da própria vida e do desenvolvimento da criança – expresso no novo dente que vai nascer e que, com ele, trará uma nova fase em sua vida.

Dessa forma, o esforço adulto parece ser o de explicar que crescer é “tornar-se outro” sem, no entanto, deixar “para sempre” de ser *si mesmo*. É uma forma de “explicar o mundo” às crianças, tal qual ele nos foi, anteriormente, explicado. Assim, as gerações elaboram, conjuntamente, embora de maneiras diferenciadas (a criança “acredita” no ratinho; o adulto “não”), o mito que permite construir “a infância” enquanto uma idade “mágica” ou “pré-racional”.

Nesta investigação, as crianças (e não somente seus pais) são tratadas como informantes importantes sobre suas próprias vidas, e suas vozes e experiências configuram o texto através do recurso metodológico da “observação participante”, da etnografia e das

entrevistas. Os sociólogos e antropólogos da infância entendem que existem realidades sociais que somente a partir do ponto de vista das crianças e dos seus universos específicos podem ser descobertas, apreendidas e analisadas. É nesse sentido que a etnografia tem sido apontada como metodologia particularmente adequada ao imperativo de “dar voz” às crianças, fazendo-as participar na produção dos dados sociológicos sobre suas maneiras de ser, sentir, agir e pensar.

Seria ingenuidade afirmar, no entanto, que essa metodologia consegue superar totalmente as barreiras das relações de poder que se evidenciam, muito concretamente, também na pesquisa com crianças. A posição dos pesquisadores que recorrem à etnografia como método se caracteriza, no entanto, por uma postura muito menos adultocentrada e que, portanto, permite vislumbrar o que está para além do discurso adulto “sobre o outro”, isto é, a “criança”.

Enquanto antropóloga, Julie Delalande analisa os sentidos que as crianças constroem na interação entre pares acerca da perda dos dentes de leite em um dado contexto cultural (a sociedade francesa) e a partir do que os adultos, também com seus imaginários, lhes “contam” por intermédio da história do “ratinho” que “vem pegar à noite” o dente colocado pela própria criança sob o travesseiro. Metade animal, metade ente mágico, o ratinho é a mediação entre a criança e sua dor, mas também entre o adulto e sua própria ansiedade: o crescimento saudável de sua criança/filho. O conto do ratinho medeia, portanto, a iniciação da criança pequena (por volta dos seis, sete anos) no mundo dos maiores e marca, portanto, também sua saída da primeira infância.

A etnografia, conforme afirma Geertz (1989), não se define como uma questão de método ou de técnicas e processos determinados, mas como um tipo de “esforço intelectual” ou um “risco elaborado” para uma “descrição densa” que demanda a presença prolongada do investigador no contexto social que investiga e no contato direto com as pessoas e as situações analisadas. Neste sentido, a autora não se preocupa em apresentar uma metodologia diferenciada a ser utilizada com as crianças (suas reflexões são muito mais epistemológicas do que metodológicas). Ela usa a metodologia da antropologia, no entanto sem perder a noção de que é uma adulta que estuda crianças e que visa a entender como estas constroem suas experiências, operando em termos de crenças, valores e quadros de referência partilhados com seus pares (Graue; Walsh, 2003, p. 68).

Em sua “descrição densa”, no sentido definido por Geertz (1989), Julie Delalande empreende um esforço de interpretação sobre as experiências das crianças, sem abandonar uma linguagem clara e de fácil compreensão. Neste sentido sua escrita analítica é primorosa

porque a autora consegue fazer uma imersão na cultura infantil sem deixar de realizar a ligação com as dinâmicas culturais análogas e diferentes pertencentes ao mundo adulto. Assim, seu trabalho de compreensão das experiências das crianças oferece alternativas para a viabilização de outros estudos em contextos diferentes e contribui para ilustrar o exercício desafiador que envolve este tipo de empreendimento científico: sensibilidade, desenvolvimento de uma “escuta da criança” num clima de confiança e naturalidade, a fuga ao óbvio e ao aparente ao lidar com emoções e intuições; o enfrentamento, enfim, do princípio de alteridade, que, neste caso, significa colocar-se no “lugar” das crianças para poder entendê-las.

Assim como Delalande, muitos outros pesquisadores têm se dedicado às investigações com crianças na perspectiva deste novo paradigma. São estudiosos de língua francesa e inglesa, mas também de língua portuguesa, que contribuem para o reforço das pesquisas com a perspectiva da criança como ator. Nesse sentido, essa produção levanta questões teórico-metodológicas significativas sobre as chamadas culturas infantis e os modos de socialização das crianças e tem apresentado contribuições que devem ser vistas como mais do que simplesmente o método de “olhar as crianças”.

Entre os pesquisadores de diferentes países que também trabalham com ritos e socialização das crianças, nos limitaremos a citar apenas outras três autoras francesas que ilustram este tipo de pesquisas: Clèopatre Montandon, Régine Sirota e Suzane Mollo-Bouvier.

Régine Sirota realiza investigações sobre o ritual das festas de aniversário, procurando situar a participação das crianças na construção deste. A autora sugere que essas festas podem ser entendidas como rituais de socialização (aprendizagem de regras de civilidade, no sentido proposto por Norbert Elias) da infância contemporânea e, portanto, podem ser compreendidos como um dos modos de constituição de uma “cultura da infância”. Nesse sentido, a pesquisa etnográfica como recurso metodológico visa a dar conta dos princípios, normas e valores que regem esse ritual enquanto um conjunto de negociações entre os diversos atores dessa construção coletiva.

Mollo-Bouvier (1998), que estuda os ritos e os tempos da socialização das crianças, entende que há um sentido forte dos ritos de passagem ou ritos de instituição que se inscrevem nos processos de socialização da pequena infância. Uma pergunta central para essa autora é: como delimitar a infância? Nesse sentido, argumenta que, embora a psicologia do desenvolvimento tenha generalizado a idéia de uma adequação entre os diferentes estágios de desenvolvimento e a

maneira de dividir as idades da infância, o estudo do processo de segmentação das idades e das práticas sociais das infâncias ainda permanece impreciso e as categorias crianças/jovens variam segundo as sociedades, as épocas e os pesquisadores. Assim, enfatiza a necessidade de se pesquisar não somente rituais como o batizado, aniversários, a entrada na creche, mas o desenvolvimento do emprego do tempo nas instituições educativas e a maneira como as próprias crianças utilizam o tempo/espço no seu processo de socialização.

Montandon (1997) investiga as relações educativas e de autoridade a partir da experiência das crianças e seus pontos de vista. Entende que não basta examinar as práticas educativas ou o que os educadores/as fazem às crianças, mas também o que estas fazem com aquilo que lhes é feito. Nesse sentido, analisa os significados que as crianças atribuem à sua aprendizagem e educação e as ações e emoções que as acompanham, na família e na escola, observando que as crianças criam diversas estratégias para desafiar a autoridade, mesmo que se sintam obrigadas a obedecê-la. Percebeu que as crianças têm capacidade de introspecção e espírito crítico, são capazes de discutir entre si não somente “assuntos infantis”, mas também questões existenciais (vida e morte, sofrimento e prazer, solidariedade e traição, coragem e covardia, verdade e mentira, esperança e medo). Essas discussões são hoje tema de debate entre filósofos que se interessam pelos discursos das crianças e suas relações com essas questões.

Podemos destacar ainda outra pesquisa que Julie Delalande realizou sobre o “pátio do recreio” em escolas maternas e do ensino fundamental. Em “La cour de récreation – pour une anthropologie de l’enfance” (2001)⁷, a autora observa e entrevista crianças sobre o cotidiano do pátio de recreação de suas escolas. Segundo Delalande, o recreio – um instante de descanso e de liberação da jornada escolar muito apreciado pelas crianças/alunos – é um tempo/espço de relativa autonomia (ainda que recortado segundo os horários do sistema escolar), pois ali as crianças são deixadas livres para conduzir suas atividades e construir relações, instaurando hábitos de jogo e combinando regras lúdicas e sociais. É, portanto, um momento de transmissão de uma cultura infantil e que pode ser visto como o “teatro” de uma micro-sociedade. Nesse cenário e tempo que interessa pouco aos próprios educadores, pois não é considerado objeto de reflexão pedagógica, o que importa realmente para as crianças é a sua vivência entre pares na

⁷ Pesquisa realizada em quatro escolas maternas e duas escolas elementares francesas.

experiência cotidiana de tecer relações, descobrir o prazer do jogo, construir amizades e onde se revelam as histórias de amor.

Uma grande dificuldade nas pesquisas com crianças que é compartilhado por todos estes investigadores na perspectiva da Sociologia da Infância é o fato de que estudar as crianças significa investigar um grupo cultural e socialmente dominado. Neste sentido, a questão central que se coloca é a duplicidade do fenômeno: em que medida se pode tratar as experiências das crianças, suas idéias, emoções, comportamentos e culturas como expressão de fenômenos sociais autênticos e autônomos e, em que medida, se pode tratar como manifestações dependentes do mundo dos adultos.

Esperamos que o artigo de Julie Delalande e os nossos comentários sobre este contribuam para pensarmos nas crianças como protagonistas do processo de pesquisa; nas culturas e rituais infantis; nas interações das crianças com adultos, instituições e com seus pares; na percepção das crianças como atores sociais que sofrem imposição das culturas do mundo adulto mas que também contribuem para a produção/reprodução das instituições e do mundo social.

E, finalmente, esperamos ter contribuído com a construção necessária de uma aproximação entre a sociologia da infância e a antropologia da infância (ou a “antropologia da criança”) nas pesquisas.

Para finalizar este texto, destacamos ainda outras obras de Julie Delalande e duas publicações que fornecem importantes reflexões metodológicas e teórico-epistemológicas sobre a pesquisa com crianças no novo paradigma da Sociologia da Infância e da Antropologia da Infância para o leitor que deseje se aprofundar nesta temática.

DELGADO, Ana C.; MULLER, Fernanda (Orgs.). Dossiê: Sociologia da Infância: pesquisas com crianças. *Educação e Sociedade*, v. 26, n. 91, ago. 2005.

CHRISTENSEN, Pia; JAMES, Allison. *Investigação com crianças: perspectivas e práticas*. Porto, 2005.

DELALANDE, Julie. *Pour une anthropologie de l'enfance: sociétés et cultures enfantines dans les cours d'école*. Paris, 2000. Thèse d'anthropologie sociale et ethnologie, EHESS.

DELALANDE, Julie. La socialisation sexuée à l'école: l'univers des filles. *La Lettre du Grape* – Revue de l'enfance et de l'adolescence, n. 51, Mars 2003.

DELALANDE, Julie. *La récré expliquée aux parents*. Paris: Louis Audibert, 2003.

DELALANDE, Julie. La perception de son âge et des autres ages: points de vue d'enfants et d'adolescents. In: 6^{èmes} Journées d'Études

Internationales du Comité de Recherche n° 31 «Sociologie de l'enfance» de l'AISLF. Strasbourg, les 14 et 15 sept. 2006.

DELANDE, Julie. La cour d'école: un lieu commun remarquable. *Recherches Familiales*. Dossier thématique: les lieux de vie des enfants, n. 2, 2005.

REFERÊNCIAS

ARIÉS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

CASTRO, Lucia Rabelo. Under the "economy of protection": the child in the Brazilian society. In: *International Conference Marginality and Voice: Childhood in Sociology and Society*. Bergische Universität Wuppertal, Germany. 23-25 June, 2005.

COHN, Clarice. *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CORSARO, William A. A reprodução interpretativa no brincar ao "faz-de-conta" das crianças. *Educação Sociedade & Culturas*, Porto, n. 17, p. 113-134, 2002.

DELANDE, Julie. *La cour de récréation: pour une anthropologie de l'enfance*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2001.

_____. *La petite souris, ou les aventures d'un rituel enfantin*. France, 2007. 13p. Digital format.

FERNANDES, F. As "trocinhas" do Bom Retiro. In: _____. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. São Paulo: Anhembi, 1961.

MARTINS, J. S. Regimar e seus amigos: a criança na luta pela terra e pela vida. In: _____. *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1991.

SARMENTO, Manuel J. As culturas da infância nas encruzilhadas da Segunda Modernidade. In: SARMENTO, M.; CERISARA, A. B. *Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação*. Porto, Portugal: Asa, 2004.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GRAUE, Elisabeth; WALSH, Daniel. *Investigação etnográfica com crianças: teorias, métodos e ética*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

NUNES, Ângela M. O lugar das crianças nos textos sobre sociedades indígenas brasileiras. In: SILVA, Aracy L. et al. (Orgs.). *Crianças indígenas: ensaios antropológicos*. São Paulo: Global, 2002.

MARCHI, Rita de Cássia. *Os sentidos (paradoxais) da infância nas Ciências Sociais: um estudo de sociologia da infância crítica sobre a "não-criança" no Brasil*. Florianópolis, 2007. Tese [Doutorado em Sociologia Política] – PPGSP, UFSC.

MOLLO-BOUVIER, Suzane. Les rites, les temps et la socialisation des enfants. *Éducation et Sociétés – Revue Internationale de Sociologie de L'Éducation*. Sociologie de l'enfance 1. Paris: De Boeck & Larcier, 1998.

_____. Transformação dos modos de socialização das crianças: uma abordagem sociológica. In: DELGADO, Ana C.; MULLER, Fernanda (Orgs.) Dossiê: Sociologia da Infância: pesquisas com crianças. *Educação e Sociedade*, v. 26, n. 91, p. 391-403, ago. 2005.

MONTANDON, C. *L'éducation du point de vue des enfants*: un peu blessés au fond du coeur. Paris: L'Harmattan, 1997.

PROUT, Alan. *The future of childhood*: towards the interdisciplinary study of children. London: Routledge Falmer, 2005.

SIROTA, Régine. L'enfant acteur ou sujet dans la sociologie de l'enfance – évolution des positions théoriques au travers du prisme de la socialisation. In: BERGONNIER-DUPUY, Geneviève (Org.). *L'enfant acteur ou sujet au sein de la famille*. Paris: Erès, 2005.